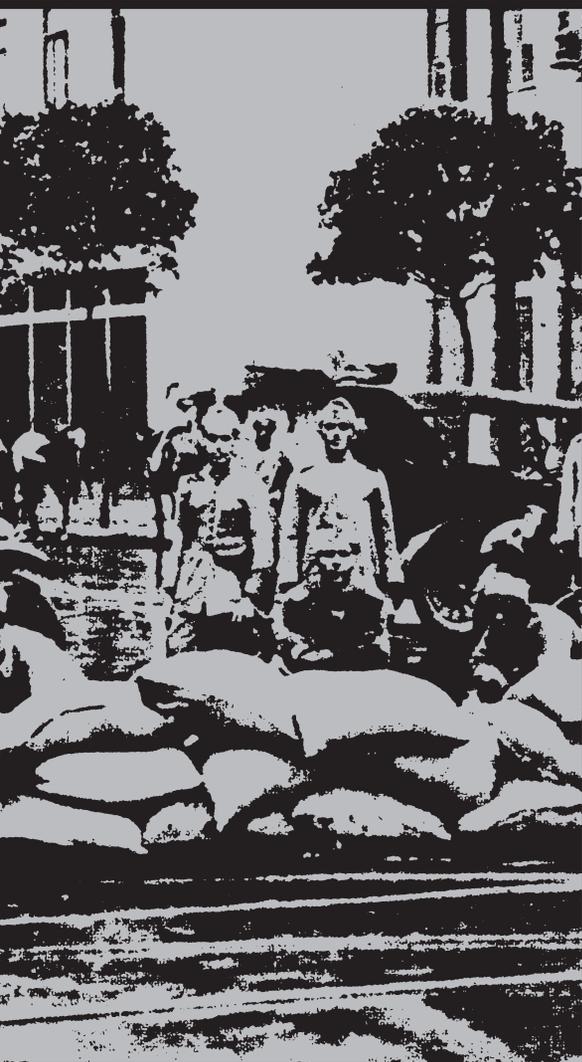


Os três povos da República

A primeira quinzena republicana, que vai de 1889 até a Revolta da Vacina em 1904, foi turbulenta. Houve assassinatos políticos, golpes de estado, revoltas populares, greves, rebeliões militares, guerras civis. Ausente da proclamação do novo regime, o povo esteve presente nesses anos iniciais. Mas as oligarquias conseguiram inventar e consolidar um sistema de poder capaz de gerenciar seus conflitos internos que deixava o povo de fora. Inaugurou-se um período de paz oligárquica, baseado em uma combinação de cooptação e repressão, interrompido apenas em 1922, quando se deu a primeira revolta tenentista. O propósito deste texto é examinar a posição do

**JOSÉ MURILO DE
CARVALHO**

é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de, entre outros, *A Formação das Almas – o Imaginário da República no Brasil* (Companhia das Letras).



povo, em suas várias faces, durante esse apogeu do sistema oligárquico, quando a órbita da República mais se distanciou da democracia.

O POVO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

O movimento republicano posterior a 1870 foi integrado sobretudo por fazendeiros, profissionais liberais, jornalistas, professores, estudantes de cursos superiores e oficiais do Exército.

Era uma combinação de proprietários rurais, predominantes no partido paulista, e representantes de setores médios urbanos, mais presentes no grupo do Rio de Janeiro. Povo mesmo, no sentido de trabalhadores rurais e urbanos, operários, artesãos, pequenos proprietários, funcionários públicos de nível inferior, empregados, não havia. A proclamação do novo regime foi feita pelos militares. A única manifestação popular no dia 15 de novembro deveu-se ao renegado José do Patrocínio, que proclamou a República na Câmara Municipal.

No entanto, os conflitos entre os novos donos do poder, que se seguiram à proclamação, permitiram alguma participação popular durante os primeiros quinze anos do novo regime. Houve choques entre civis e militares, entre militares da Marinha e do Exército, entre republicanos presidencialistas e parlamentaristas, entre brasileiros e portugueses, entre monarquistas e republicanos, entre jacobinos e liberais. Daí a seqüência de golpes, revoltas militares, guerras civis, greves e assassinatos políticos que agitaram os anos seguintes à proclamação. Em meio a essa turbulência, às vezes graças a ela, setores populares invadiram a arena política, agindo

com variados graus de autonomia. A capital federal foi um pólo de agitação, sobretudo durante o período jacobino que durou até 1897. Envolveram-se nas turbulências operários, artesãos, soldados, marinheiros, pequenos proprietários e contingentes do imenso setor informal característico da cidade. Na Revolta Federalista, no Rio Grande do Sul, muitos combatentes vinham da peãozada das estâncias, assim como na Revolta da Armada esteve presente o proletariado naval. Canudos, naturalmente, foi movimento puramente popular (1).

A agitação, que se espalhava pelos estados graças às incertezas do processo eleitoral, não convinha aos governantes civis. Era particularmente danosa para a negociação de empréstimos e pagamento da dívida externa, de vez que destruía a confiança dos banqueiros internacionais. Daí o esforço de construir um sistema de poder que pudesse reconstituir a estabilidade conferida pelo Poder Moderador durante o Império. A solução foi dada por Campos Sales por meio do sistema que batizou de política dos estados, já suficientemente estudado (2). Sua receita foi resumida na conhecida frase: “É de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União” (Sales, 1908, p. 252). A consolidação do regime passava, assim, pelo alijamento da participação popular. Organizar um governo republicano viável significava afastar-se da democracia. Que lugar coube ao povo nessa fase oligárquica? Ele foi, de fato, alijado da vida política nacional?

O POVO DAS ESTATÍSTICAS

Pode-se dizer que havia três povos, ou três caras do povo, na Primeira República. A primeira cara, a mais visível, era a do povo das estatísticas. Por isso entendo o povo revelado pelos números censitários, o povo civil, a população em todas as dimensões de sua existência. A segunda cara era a do povo que aparecia nos momentos legalmente determinados para a manifes-

tação política, as eleições. A terceira era a do povo da rua, do povo ativo, que agia por conta própria, direta ou indiretamente motivado pela política.

Começo pelo povo das estatísticas. A tarefa é facilitada pela existência de dados razoavelmente confiáveis provindos do melhor censo feito até então, o de 1920. Há muito o país estava sem recenseamento e o mais confiável era ainda o de 1872, velho de cinco décadas. Foi com base nesse censo de 1872 que o biólogo Louis Couty tentou pela primeira vez, em 1881, quantificar o povo político do Brasil. Seus cálculos podem ser resumidos como indicado na Tabela I.

Tabela I

O POVO DO BRASIL SEGUNDO COUTY, 1881	
População total	11.000.000
Índios e escravos	2.500.000
Agregados, caipiras, capangas, capoeiras, beberões	6.000.000
Comerciantes, funcionários, criados, artesãos	2.000.000
Proprietários de escravos	500.000

(Fonte: Couty, 1988, p. 102)

Segundo o cientista francês, os números indicavam a ausência de massas organizadas, agrícolas ou industriais, e de eleitores capazes de impor ao governo direção definida. A conclusão que tirou foi: “o Brasil não tem povo”, querendo dizer com isso que o país não tinha povo político, como as nações “civilizadas” (Couty, 1988, p. 102) (3). A conclusão seguinte era que diante de tal ausência de povo político a presença do Poder Moderador se tornava útil e necessária para administrar os estados-maiores políticos em que se dividiam as classes dirigentes.

Em 1916, o deputado Gilberto Amado repetiu a análise de Couty, sem, no entanto,

1 Sobre o envolvimento popular na capital federal, ver: José Murilo de Carvalho, 1987. Sobre o movimento jacobino, ver: Queiroz, 1986; e Penna, 1988.

2 Ver Lessa, 1988.

3 Em clamoroso erro, a tradutora do texto traduz “le Brésil n’a pas de peuple” por “o Brasil não é povoado”.

dar o devido crédito ao francês ou a Silvio Romero, que já a retomara em 1906 (4). Sem dispor de dados atualizados, afirmou que nada teria mudado na situação social do país desde os tempos do Império. Os 15 milhões de habitantes do interior, afirmou, eram gente pouco produtiva, entregue à própria miséria, sem saúde, sem hábitos de trabalho, dominada por superstições, inútil como força econômica. E concluiu, exatamente como Couty em 1884: “Povo, propriamente, não o temos” (apud Senna, 1969, pp. 123-5). Em 1925, Gilberto Amado retomou o exercício, já então com a ajuda dos resultados do censo de 1920. Resumo seus novos cálculos na Tabela II.

Tabela II

POVO DO BRASIL SEGUNDO GILBERTO AMADO, 1920	
População total	30.635.605
Pessoas alfabetizadas	7.493.357
Homens alfabetizados	4.470.068
Adultos brasileiros alfabetizados.....	1.000.000

Como a Constituição republicana eliminara a exigência de renda para o exercício do voto mas mantivera a da alfabetização, introduzida em 1881, Gilberto Amado deu ênfase aos dados sobre educação, desprezando as outras características da população. Do milhão de adultos brasileiros alfabetizados, isto é, daqueles que, segundo a Constituição, estariam aptos a votar, deduziu ainda os semi-analfabetos, chegando à conclusão de que o número de pessoas capazes de “formar qualquer idéia, por elementar que seja, das coisas”, não deveria passar de 500 mil (Amado, 1969, p. 48). Sua conclusão final também não se afastava muito da de Couty: diante de tal ausência de capacidade cívica, ganhava importância o governo dos mais capazes.

Os cálculos de Gilberto Amado podem e devem ser aprofundados e corrigidos. A educação era fator importante, uma vez que era impedimento legal ao voto, mas outras características também pesavam na caracterização da política oligárquica. Além disso, não se pode admitir que um coronel deixasse de votar por ser analfabeto (muitos de fato o eram). A população do país segundo o censo de 1920 está na Tabela III.

Tabela III

POPULAÇÃO DO BRASIL, POR ESTADOS, 1920			
Estados	População (1.000)	Estados	População (1.000)
Alagoas	978	Paraíba	965
Amazonas	363	Paraná	686
Bahia	3.334	Pernambuco	2.154
Ceará	1.319	Piauí	609
D. Federal	1.157	Rio de Janeiro	1.559
Espírito Santo	457	Rio G. Norte	537
Goiás	511	Rio G. Sul	2.182
Maranhão	874	Santa Catarina	668
Mato Grosso	246	São Paulo	4.592
Minas Gerais	5.888	Sergipe	477
Pará	983	Terr. do Acre	92
Brasil			30.635

(Fonte: *Recenseamento de 1920*, v. IV, 1ª parte, pp. IX-X)

Demograficamente, o Brasil na época era muito distinto do atual. Tinha população menor do que a do estado de São Paulo hoje. O estado mais populoso, Minas Gerais, era menor do que o atual município do Rio de Janeiro. Algo que não mudou muito em relação aos dias de hoje é a desigualdade demográfica. Os cinco maiores estados, Minas, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, respondiam por 59% do total da população. Minas e São Paulo sozinhos representavam 34%. A dominação

4 Ao receber Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras em 1906, Silvio Romero retomou o texto de Couty sobre a ausência de povo dizendo que ele deveria estar em todas as mãos e em todas as escolas. Ver Romero, 1907, pp. 18-20.

da política nacional pelos grandes estados, sobretudo por Minas e São Paulo, tinha assim sólida base demográfica, uma vez que era a demografia que determinava o tamanho das bancadas na Câmara dos Deputados.

Dado relevante para a análise política é o que indica a ocupação da população. As informações, ainda de acordo com censo de 1920, estão na Tabela IV.

Tabela IV

POPULAÇÃO SEGUNDO A OCUPAÇÃO, 1920	
Ocupação	População (%)
Agricultura, pecuária, extração	70,2
Indústria	12,9
Transporte	2,8
Comércio	5,4
Administração pública, civil e militar	2,1
Administração particular	1,1
Profissões liberais	1,8
Pessoas que vivem de rendas	0,4
Serviço doméstico	4,0
Total	100
	N=
Ocupação maldefinida	9.191.044
Profissão não declarada e sem profissão	416.568
	21.027.993
Total	30.635.605

(Fonte: Recenseamento de 1920, vol. IV, 5ª parte, pp. XX e 7)

Dos 30,6 milhões de habitantes, 9,1 milhões tinham ocupação conhecida e definida. Desses, 6,4 milhões ocupavam-se da agricultura, pecuária ou extração de minerais, ou seja, 70,2% da população empregada. Era um país de grande predominância rural, mesmo em comparação com os vizinhos sul-americanos. Na mesma

época, o Chile tinha 43% da população no setor primário, o Uruguai 42%, a Argentina 24%. Ampliando a comparação, os Estados Unidos tinham 31% e a Bélgica 16% (5). A predominância agrária era generalizada, só escapando o Distrito Federal, como se pode ver na Tabela V.

Até mesmo o estado mais desenvolvido, São Paulo, era ainda predominantemente agrícola, sem falar no fato de que sua riqueza, e em boa parte a do país, provinha da economia cafeeira. Entre os grandes estados, Minas Gerais salientava-se como o mais rural. Havia outra característica mais importante, do ponto de vista político, do que a ruralidade. Era a grande desigualdade na distribuição da propriedade da terra. Dos 6,4 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, apenas 577 mil, ou seja, 9%, eram proprietárias. O número não excede de muito o que foi calculado por Couty para os proprietários de escravos em 1881. Tirados uns 70 mil administradores e arrendatários, os 91% restantes eram trabalhadores rurais. Separando-se administradores, capatazes e artesãos, isto é, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, que tinham salários um pouco melhores, o resto os traba-

Tabela V

OCUPAÇÃO NA AGRICULTURA E INDÚSTRIA, ESTADOS SELECIONADOS, 1920		
Estados	Ocupação ligada ao solo (%)	Ocupação ligada à indústria (%)
Distrito Federal	6	32
São Paulo	62	16
Minas Gerais	78	9
Pernambuco	74	11
Bahia	72	10
Rio G. Sul	65	13
Brasil	69	13

(Fonte: Recenseamento de 1920, v. IV, parte V, p. XX. O total nesta tabela é de 69% por não estar incluída a extração de minerais)

5 Os dados para outros países são fornecidos pelo próprio censo [vol. IV, parte 5ª, p. XXX].

lhadores agrícolas propriamente ditos vivia em condições que não se afastavam muito das do tempo da escravidão. Se as diárias a seco (sem alimentação) de um ferreiro valiam a partir de 5\$000 em Minas Gerais em 1924, as de um trabalhador agrícola tinham um piso de 2\$500, as de um retireiro (tirador de leite) de 1\$500. Em Pernambuco e Bahia, os salários eram ainda mais baixos. A diária do trabalhador agrícola era de 1\$500 no primeiro caso e de 1\$000 no segundo. Salários um pouco mais altos podiam ser encontrados apenas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Aos baixos salários deve-se acrescentar a precariedade das relações de trabalho. Contratos de trabalho só existiam para trabalhadores imigrantes protegidos por seus cônsules. Os acordos eram orais e o pagamento se fazia das maneiras mais diversas – em salário, em mercadoria, numa combinação dos dois (o que era mais comum), por empreitada, por tarefas, por meação, por terça. O pagamento em mercadoria era particularmente perverso. O trabalhador comprava no barracão do proprietário a preços altos e tinha o valor descontado no salário. Na pecuária nordestina, quase não circulava dinheiro: o vaqueiro recebia seu pagamento em crias do gado (6).

Levando a análise um passo adiante, verifica-se que entre os poucos proprietários havia ainda grande desigualdade no tamanho dos estabelecimentos, como mostra a Tabela VI.

Os números indicam que os 72% de estabelecimentos que possuíam menos de 100 hectares, que podemos classificar de

pequenas propriedades, ocupavam 9% da área total. As propriedades médias (de 100 a menos de 1.000 ha) tinham posição equilibrada. Respondiam por 24% dos estabelecimentos e 28% da área. Já as grandes, os latifúndios, representavam apenas 4% dos estabelecimentos, mas respondiam por 63% da área. Como havia mais estabelecimentos do que proprietários, de vez que alguns fazendeiros possuíam mais de uma fazenda, o número de grandes proprietários era ainda menor do que os 26.315 da tabela. Somando médios e grandes proprietários, os que realmente detinham o poder econômico, social e político nos municípios, temos cerca de 180 mil pessoas. Eram os coronéis da República, os que mandavam diretamente nos municípios e, indiretamente, nos estados e na União (7).

A população urbana, definida como a das cidades com 20 mil habitantes ou mais (74 ao todo), representava apenas 16,6% do total. Nos estados hoje identificados como Nordeste, ela não passava de 10%. Os operários industriais não chegavam a 300 mil, quase um terço dos quais no setor têxtil, concentrados na capital federal e em São Paulo. O grupo em melhor condição de constituir a base para uma opinião pública independente era o dos profissionais liberais, categoria na qual o censo incluía professores, juristas, engenheiros, religiosos, médicos e parteiras. Ele não passava de 168 mil pessoas.

A dependência da maioria em relação aos senhores de terra era agravada pela baixíssima escolaridade, como mostra a Tabela VII.

6 Ver Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1927; 1924

7 Sobre o sistema coronelista, ver o clássico estudo de Victor Nunes Leal (1948). Ver também: Pang, 1979.

Tabela VI

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL, 1920

Estabelecimentos	Nº	%	Área (hectares)	%
Até menos de 100 ha	463.879	72	Até menos de 100 ha	9
100 a menos de 1.000 ha	157.959	24	100 a menos de 1.000 ha	28
1.000 ha a mais	26.315	4	1.000 ha a mais	63

(Fonte: IBGE, 1990, p. 318)

Tabela VII

ALFABETIZAÇÃO, ESTADOS SELECIONADOS, 1920 (%)	
Estados	%
Alagoas	14,8
Bahia	18,4
Distrito Federal	61,3
Minas Gerais	20,7
Pernambuco	17,8
Piauí	12,0
Rio de Janeiro	24,7
Rio G. Sul	38,8
São Paulo	29,8
Santa Catarina	29,5
Brasil	24,5

(Fonte: Recenseamento de 1920, v. IV, parte 4, pp. X-XI)

Fora o Distrito Federal, só o Rio Grande do Sul superava os 30% de alfabetizados. Os índices mais altos desse estado, assim como os de São Paulo e de Santa Catarina, devem-se sem dúvida à presença de imigrantes europeus e seus descendentes. A taxa de alfabetização dos estrangeiros era mais que o dobro da dos brasileiros (52% e 23%, respectivamente). Havia no país 1,6 milhão de estrangeiros, concentrados no Distrito Federal, em São Paulo e nos

estados do Sul. O estado de São Paulo, sozinho, abrigava 53% deles. A população da capital desse estado era composta de 35% de imigrantes. Nos outros estados, a herança da escravidão pesava com mais força. O analfabetismo era um dos aspectos mais terríveis dessa herança.

Nem mesmo as capitais dos estados apresentavam panorama encorajador, embora, naturalmente, tivessem menos analfabetos. A melhor situação era a do Distrito Federal, com 61,3% de alfabetizados, a pior era a de Teresina com apenas 16,5%. Na média, os alfabetizados representavam cerca da metade da população das capitais.

A situação calamitosa da educação popular no Brasil fica mais evidente quando comparada com a de outros países. Os dados são fornecidos pelo próprio censo de 1920. Na população de 7 anos ou mais, o Brasil tinha 31% de alfabetizados, a Argentina tinha 62%, exatamente o dobro. O fosso cresce ainda mais se compararmos o país com a França ou os Estados Unidos. Na primeira, a alfabetização da população de 10 anos ou mais era de 89%, nos Estados Unidos, de 94%. Até mesmo Portugal, cujo estilo de colonização foi responsável pela tradição brasileira de descaso pela educação popular, tinha na época o dobro de alfabetizados na população total (53%), quando comparado com a ex-colônia.

Considerando que a Constituição excluía analfabetos, estrangeiros e menores de 21 anos do direito do voto (não mencionava as mulheres, tradicionalmente exclu-

Tabela VIII

POPULAÇÃO APTA A VOTAR, 1920	
População	Nº
Total	30.635.605
Menos analfabetos, sobram	7.493.357
Menos as mulheres, sobram	4.470.068
Menos os estrangeiros, sobram	3.891.640
Menos os menores de 15 anos, sobram	3.218.243

ídas), conclui-se que a própria carta republicana reduzia a cerca de 10% a população capaz de participar do governo do país, como se pode ver na Tabela VIII.

A população apta a votar era menor do que a da Tabela VIII, uma vez que o limite de idade era de 21 anos e não de 15. O censo não fornece dados de alfabetização para a população de 21 anos e mais. Mas é possível fazer uma aproximação. Havia 6 milhões de homens com 21 anos ou mais. A taxa de alfabetização para os homens de 15 anos ou mais era de 40%. Aplicando essa taxa para os 6 milhões, tem-se 2,4 milhões como um número aproximado dos brasileiros adultos alfabetizados autorizados a votar. O número é bem maior do que o encontrado por Gilberto Amado. Mas, dependendo de como se interpreta seu conceito de semi-analfabetismo, pode ser que o número final a que chegou não fosse muito fora de propósito.

O quadro social do país que acaba de ser mostrado não destoa, assim, muito daquele entrevisto por Couty e Gilberto

Amado. Mas, antes de tirar as conclusões dos dois autores sobre a impossibilidade de fazer funcionar um sistema representativo com esse material humano, cabe examinar melhor o comportamento político desse povo aparentemente tão pouco preparado para compor uma nação de cidadãos. A participação política por excelência num sistema representativo moderno se dá via envolvimento eleitoral. Cabe, então, examinar o povo das eleições.

O POVO DAS ELEIÇÕES

Começo documentando o impacto da demografia na representação dos estados na Câmara Federal (Tabela IX).

Embora sub-representados, os cinco maiores estados em população, Minas, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, respondiam por 54% dos deputados. Minas e São Paulo sozinhos, com 34% da população, detinham 28% da re-

Tabela IX

NÚMERO DE DEPUTADOS POR ESTADO			
Estados	Número de deputados	Estados	Número de deputados
Alagoas	6	Paraíba	5
Amazonas	4	Paraná	4
Bahia	22	Pernambuco	17
Ceará	10	Piauí	4
D. Federal	10	Rio de Janeiro	4
Espírito Santo	4	Rio G. Norte	16
Goiás	4	Rio G. Sul	17
Maranhão	7	Santa Catarina	4
Mato Grosso	4	São Paulo	22
Minas Gerais	37	Sergipe	4
Pará	7	Terr. do Acre	—
		Brasil	212

(Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1914, pp. 3-241)

apresentação na Câmara. As grandes bancadas, disciplinadas pelos partidos republicanos estaduais, eram a base da política dos estados, uma vez que garantiam maioria de votos na Câmara aos presidentes da República. Como dizia Gilberto Amado em 1931: “No regime em que vivemos, o Brasil não é um país, não é uma nação; o Brasil é apenas São Paulo, Minas; Rio Grande; seria Bahia e Pernambuco se nesses estados houvesse maior riqueza e intensidade” (Amado, 1969, p. 175) (8). Não por acaso, só havia eleição competitiva quando um ou mais dos cinco grandes, podendo-se incluir na lista também o estado do Rio de Janeiro, entrava em dissidência.

Passo ao exame da participação eleitoral. A principal eleição nacional no sistema presidencial é a do próprio presidente da República. Os resultados estão na Tabela X.

Duas coisas ficam muito claras. A primeira confirma a tese de que o povo das

estatísticas demográficas está quase totalmente ausente das estatísticas eleitorais. Nem mesmo os 7,8% de adultos alfabetizados aos quais a Constituição dava o direito do voto dele se utilizavam. No período coberto por esta análise, a participação eleitoral girou entre 1,4% e 3,4% da população. Pior ainda, a maior participação se deu na primeira eleição, a de Rodrigues Alves. Em números absolutos, cerca de 550 mil pessoas votaram em cada eleição, número muito próximo dos 500 mil de Couty e de Gilberto Amado. Somente na última eleição da Primeira República é que houve um aumento considerável do comparecimento às urnas, não chegando, no entanto, a 6% da população. Os números são escandalosos se lembrarmos que antes da introdução da eleição direta, em 1881, a participação eleitoral se elevava a 13% da população livre.

A ausência quase total de participação verificava-se na própria capital da República onde o índice de escolaridade era mais

Tabela X

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, 1894-1930			
Candidato vencedor	Nº de votantes (mil)	% de votantes sobre a população	% dos votos do vencedor sobre total de votantes
Prudente de Moraes (1894)	345	2,2	84,3
Campos Sales (1898)	462	2,7	90,9
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4	91,7
Afonso Pena (1906)	294	1,4	97,9
Hermes da Fonseca (1910)	698	3,0	57,9
Venceslau Brás (1914)	580	2,4	91,6
Rodrigues Alves (1918)	390	1,5	99,1
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5	71,0
Artur Bernardes (1922)	833	2,9	56,0
Washington Luís (1926)	702	2,3	98,0
Júlio Prestes (1930)	1.890	5,6	57,7

(Fonte: adaptado de Ramos, 1961, p. 32. Os dados de votantes para 1910 foram corrigidos de acordo com: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1914, pp. 244-5)

8 Sobre a política dos grandes estados, ver os capítulos escritos por Joseph Love (Rio Grande do Sul), John Wirth (Minas Gerais) e Robert Levine (Pernambuco) em Boris Fausto, 1975, 1977, vol. 1. Ver ainda: Schwartzman, 1975.

alto. Com cerca de 20% da população apta a votar, votou apenas 1,3% dela na eleição presidencial de 1894, 0,9% na de 1910, e 2,2% na de 1922. A participação eleitoral só começou a subir na década de 1920 (9). Era generalizado o receio de sair às ruas em dias de eleição devido à violência dos campangas a serviço dos candidatos. Na capital, como no país, aplicava-se o que Lima Barreto disse dos políticos da República dos Bruzundangas: “tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – o voto” (Barreto, 1956, p. 113) (10).

Pode-se argumentar que as estatísticas eleitorais não são confiáveis por causa da corrupção generalizada que caracterizava as eleições. De fato, havia fraude no alistamento de eleitores, fraude na votação, fraude na apuração dos votos, fraude no reconhecimento dos eleitos. Todas as fases do processo eleitoral eram controladas por pessoas ligadas às chefias locais que se conectavam, por sua vez, às chefias estaduais e essas à nacional. Havia eleições feitas exclusivamente pelos chefes que se utilizavam de outras pessoas apenas para variar a caligrafia. Eram as eleições ditas a bico de pena. Mas a fraude apenas afetava a representação, reduzindo sua autenticidade. Ela não reduzia o número de votantes, podia mesmo aumentá-lo. Fica, assim, a conclusão, contrária ao ditado bíblico, de que poucos eram os chamados a votar e menos ainda os que votavam. E o voto dos últimos era manipulado pelos chefes locais, estaduais e nacionais.

A baixa participação eleitoral fica melhor demonstrada na Tabela XI.

Lembre-se, para começar, que a eleição presidencial de 1910 foi uma das poucas competitivas do período. Nela, Rui Barbosa disputou a presidência com o marechal Hermes da Fonseca. Os dois grandes estados, Minas Gerais e São Paulo, tinham-se desentendido. O candidato da oposição, Rui Barbosa, apoiado por São Paulo, levou a cabo a primeira campanha eleitoral dirigida à população. Apesar disso, como demonstra a Tabela XI, além de ser muito baixo o número de eleitores em relação à popula-

ção, o comparecimento eleitoral foi também muito pequeno. No Brasil como um todo, o índice de abstenção dos eleitores foi de 40%. Em cinco estados, a abstenção superou os 50%. Índice tão alto de não comparecimento, fora do período aqui estudado, só se verificou na eleição presidencial de 1955 (40%). Nas eleições presidenciais da atual República, a abstenção tem girado em torno de 15%.

Além da abstenção, havia ainda a presença dos votos nulos, que atingiam 10% dos votos dados. Levando-se em conta apenas os votos válidos, a participação eleitoral no país cai para 2,7% da população, nenhum estado superando os 4,3% do Rio Grande do Sul. A taxa de 10% era o dobro das que se verificaram no período de 1945 a 1964, maior também do que a de 1989, mas a metade da de 1994 (19%) (11). É difícil interpretar o sentido, na época, dos votos não aproveitados. O aproveitamento ou não do voto dependia mais do apurador do que do votante. Alta porcentagem de votos válidos podia indicar apenas maior controle oligárquico do processo eleitoral. Inversamente, baixa porcentagem podia indicar maior competição. Quanto maior o controle da máquina, menor o número de votos nulos. Os casos do Rio Grande do Sul e de São Paulo são exemplares. O índice de validade é de quase 100%, altamente improvável. Só pode ser creditado ao forte controle exercido pelo PRR e PRP. Já a Bahia, marcada por intensas lutas internas, teve um dos mais altos índices de nulidade. Já dizia Francisco Belisário de Souza, referindo-se às eleições imperiais, que as eleições que apareciam nas atas como as mais regulares eram, na verdade, aquelas feitas a bico de pena, à revelia do votante (Souza, 1979, p. 33).

O caso do Distrito Federal é o mais escandaloso. Em 1910, os eleitores representavam apenas 2,7% da população. Votaram 34% dos eleitores. Dos votos dados, apenas 52% foram validados. Ao final, os votos válidos correspondiam a 0,5% da população. Como a capital era o município com a maior taxa de alfabetização (61%), é preciso concluir que não era apenas o grau

9 Ver Carvalho, 1987, pp. 85-6; e Conniff, 1981, p. 73.

10 O romance é de 1917.

11 A *Estatística Eleitoral* fala em votos apurados (válidos) sem mencionar voto nulo e branco. Para as eleições posteriores a 1945, ver: Santos, 1990, pp. 144-48; e Nicolau, 1998, pp. 23-8.

Tabela XI

ELEITORES E VOTANTES NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 1910, POR ESTADOS				
Estados	Eleitores como % da população	Votantes como % dos eleitores*	Votos apurados como % dos votantes	Votos apurados como % da população
Alagoas	2,7	60,5	89,0	1,5
Amazonas	3,5	44,7	97,8	1,6
Bahia	4,0	91,5	66,7	2,4
Ceará	4,3	67,5	95,3	2,8
D. Federal	2,7	34,4	52,1	0,5
Espírito Santo	5,7	59,1	80,4	2,8
Goiás	5,1	51,6	95,9	2,5
Maranhão	4,8	42,6	85,7	1,7
Mato Grosso	4,8	43,9	99,7	2,1
Minas Gerais	5,7	54,9	96,9	3,1
Pará	10,2	66,9	77,4	5,3
Paraíba	3,8	54,1	61,1	1,3
Paraná	6,9	48,1	99,4	3,4
Pernambuco	4,3	53,0	93,2	2,1
Piauí	5,0	70,7	79,3	2,8
Rio G. Norte	3,4	66,4	81,0	1,9
Rio G. Sul	7,4	57,3	99,9	4,3
Rio de Janeiro	6,3	68,5	77,4	3,4
Sta. Catarina	5,9	56,2	98,4	3,2
São Paulo	4,5	67,7	99,9	3,1
Sergipe	3,0	51,2	94,7	1,4
Brasil	5,0	60,3	89,9	2,7

(Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1914, p. 244-5. * Dados recalculados)

de instrução que afetava a participação eleitoral. Nos estados, as oligarquias afastavam os votantes das urnas, pois não lhes interessava promover a disputa eleitoral. Eleições eram caras, exigiam arregimentação de eleitores e compra de votos. Maior competição significava mais eleitores e, portanto, mais gastos. Na capital da República, a abstenção não era produzida por

oligarquias. Era devida ao puro medo. As eleições eram batalhas comandadas por capangas armados de facas e navalhas. Quem tinha juízo ficava em casa.

Como era de esperar, nas eleições legislativas a abstenção era ainda maior. Em 1912, quando se renovou a Câmara e um terço do Senado, o comparecimento foi de 52%, índice muito mais alto do que os que

se verificaram depois de 1945. Os votos nulos para senadores foram quase 20%. Hoje, nulos e brancos para eleições legislativas podem chegar a 41%, como se deu na eleição de 1994. Novamente, o Rio Grande do Sul aparece como modelo de controle político, exibindo 100% de votos válidos (Ministério de Agricultura, Indústria e Commercio, 1914, pp. 244-5).

Voltando à Tabela X, observa-se outra informação que tem a ver com a competição política. Vê-se que no período de 1904 a 1922 apenas duas eleições presidenciais podem ser classificadas de competitivas, a de 1910, ganha por Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa, e a de 1922, ganha por Artur Bernardes contra Nilo Peçanha. Foram as únicas em que o vencedor teve menos de 70% dos votos. Na de 1919, Rui Barbosa apenas incomodou Epiácio Pessoa. A última eleição da Primeira República foi a mais disputada, mas não se pode dizer que a competição cresceu depois de 1922, porque a de 1926 foi quase unânime. A baixa competição mostra a eficácia dos estados-maiores políticos em neutralizar as oposições. O fantasma da dissidência oligárquica estava sempre presente e era necessário um esforço constante de negociação, ameaças e, muitas vezes, de pura repressão, para preservar o arranjo criado por Campos Sales. Como mecanismo de arbitramento entre elites, a política dos estados era menos eficiente do que o Poder Moderador. De qualquer modo, a conclusão que se pode tirar dos dados apresentados era que o eleito, o povo das eleições, o povo político oficial, por si só, era incapaz de constituir qualquer ameaça ao sistema.

O POVO DA RUA

Tanto o texto de Couty como o de Gilberto Amado concluíam que não havia povo político, que o povo civil não agia politicamente. Vimos que, de fato, o povo eleitoral era muito reduzido e, além disso, tinha seus votos torcidos pela manipulação dos resultados. Mas havia um terceiro povo, ou

uma terceira cara do povo, que nem era a massa dos cidadãos, nem os rebanhos eleitorais. Havia um povo que se manifestava, em geral à margem dos mecanismos formais de participação, quando não contra o próprio sistema político. Esse povo tanto existia nas cidades como no campo. Chamo-o de povo da rua para indicar que ele saía do âmbito doméstico para o domínio público sem, no entanto, enquadrar-se nas regras dos palácios. Sua ação nem sempre tinha consequência imediata para o sistema político, mas no mínimo denunciava suas fissuras e limitações.

O fenômeno vinha dos tempos do Império. No agitado período regencial, conflitos entre grupos da elite abriram caminho para várias revoltas populares que sacudiram o país de norte a sul. No início do Segundo Reinado, esses grupos chegaram a um acordo político em torno do Poder Moderador. Eles entenderam que esse Poder tinha condições de arbitrar seus conflitos, garantindo que nenhuma facção fosse excluída da posse do governo. Como consequência, terminou a agitação regencial. Mas as manifestações populares não desapareceram: elas mudaram de natureza. Sem os conflitos entre elites que lhes abrissem brechas políticas por onde se esgueirar, elas assumiram um caráter defensivo em relação a iniciativas do Estado. Populações rurais e urbanas revoltaram-se contra políticas do Estado central que, embora legais, entravam em conflito com seus valores, tradições e costumes. Elas se revoltaram contra o recenseamento, o registro civil, a introdução do sistema métrico, o recrutamento militar, o aumento de tarifas de transporte coletivo, a secularização dos cemitérios. Eram medidas de racionalização e secularização do Estado que freqüentemente conflitavam com estilos tradicionais de vida. Chamei os agentes dessas revoltas de cidadãos em negativo para indicar sua postura reativa diante da política (Carvalho, 1996).

Algo semelhante se passou na República após a consolidação oligárquica. A política dos estados cumpria o mesmo papel do Poder Moderador no que se referia ao

arbitramento dos conflitos entre grupos da elite. Até a consolidação, verificou-se algo semelhante ao que se passara no período regencial, talvez com maior gravidade, uma vez que a guerra civil atingiu a capital do país. O período turbulento acabou na Revolta da Vacina, que combinava o estilo negativo do Segundo Reinado com nova modalidade de conflito, típica dos primeiros anos do novo regime. A revolta de 1904 foi um protesto da população pobre do Rio de Janeiro contra a ingerência do Estado, considerada ilegítima, em suas vidas. Mas teve como aliados intelectuais positivistas e alunos de escolas militares, os últimos ainda imbuídos de positivismo e florianismos, e inconformados com a consolidação do ajuste oligárquico (12).

A partir de 1904, até 1922, as multidões agitadas da capital, que tanto incomodavam Campos Sales, apareceram na Revolta da Chibata de 1910 e nas grandes greves de 1917-19, que também atingiram o estado e a cidade de São Paulo. A revolta de 1910 foi protagonizada pelo que se poderia chamar de proletariado naval, ainda submetido a práticas disciplinares da época da escravidão. Os marinheiros deixaram os governantes estupefatos com sua capacidade de manobrar as modernas belonaves recém-compradas e levaram o pânico à capital da República. Pego de surpresa, o governo anistiou de início os revoltosos, mas logo a seguir os perseguiu, prendeu e deportou (13).

As greves operárias constituíram ingrediente novo, gerado no bojo da abolição da escravidão e do aumento da imigração estrangeira. A população operária era pequena mas salientou-se pela agressividade, sobretudo na cidade de São Paulo e na capital federal. Pequeno e dividido em várias tendências, que iam do governismo ao reformismo e ao anarco-sindicalismo, o movimento operário teve que enfrentar ainda a falta de tradição de organização e a ação repressora dos governos e dos patrões para defender os interesses da classe. Seu ponto alto verificou-se nas greves de 1917-19 em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em 1917 houve 45 greves na capital e 29 no

interior do estado de São Paulo, salientando-se as dos operários têxteis (14). Calculou-se em 236 as greves havidas no estado de São Paulo e na capital federal entre 1917 e 1920, envolvendo em torno de 300 mil operários. Em 1917, houve greves gerais nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na greve geral do Rio de Janeiro envolveram-se cerca de 100 mil operários (15).

Apesar das divisões ideológicas, o movimento operário tentou organizar-se. Entre 1915 e 1929 foram criadas cerca de 70 associações operárias no estado de São Paulo. Elas vieram somar-se a outras 66 fundadas desde o início do século (Simão, 1966, p. 202). Em 1906, foi realizado o primeiro Congresso Operário Brasileiro, envolvendo associações de vários estados. O segundo Congresso aconteceu em 1913, o terceiro em 1920. Em 1908, foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), sob liderança anarco-sindicalista. Apoiadas por imprensa agressiva, as associações operárias lutavam por maiores salários, melhores condições de trabalho, contra medidas repressoras como a Lei Adolfo Gordo de 1907, que previa a expulsão de “agitadores” estrangeiros, e por causas mais amplas como o pacifismo.

O efeito direto das lutas operárias no sistema político foi limitado. Em parte, isso se deveu ao fato de que o anarco-sindicalismo era infenso ao envolvimento político; concentrava-se na ação econômica contra os patrões. Conseqüentemente, era contra a organização de partidos políticos e a participação eleitoral. As tentativas de formação de partidos operários, até 1922, em geral promovidas por setores de orientação socialista, não tiveram êxito. No Rio de Janeiro, algumas organizações se aproximaram da política, mas o fizeram dentro do que se chamou de sindicalismo amarelo, isto é, num espírito clientelista e não militante. O marechal Hermes da Fonseca, quando presidente da República, tentou cooptar o movimento patrocinando, em 1912, a organização de um Congresso Operário, ao qual aderiram algumas associações de trabalhadores, mas que foi rejeitado pela maioria.

12 Sobre essa revolta, ver: Sevcenko, 1984; e Carvalho, 1987, cap. IV.

13 Sobre a revolta dos marinheiros, ver: Morel, 1979. Para uma visão diferente, ver: Martins, 1988.

14 Cálculos de Azis Simão (1966, pp. 149-58).

15 Ver: Fausto, 1977, pp. 134-91. Ver ainda: Foot & Leonardi, 1982, cap. 17.

Outra razão para o escasso impacto político do movimento operário provinha do próprio sistema oligárquico. Como se viu, eram nulas as possibilidades de influenciar a política via participação eleitoral. Nessas circunstâncias, os setores militantes do movimento operário podiam mesmo ser atraídos por tentações golpistas. Foi o que de fato se deu no Rio de Janeiro em 1918, quando organizações anarco-sindicalistas planejaram um assalto ao Palácio do Catete, a ser realizado no âmbito de uma greve geral e para o qual se contava com o apoio de praças do Exército. O plano fugia da tradição anarco-sindicalista. Sem dúvida, inspirou-se, sobretudo no que se refere ao tipo de aliança pretendido, na revolução bolchevista do ano anterior. A conspiração foi denunciada e abortada. Após 1922, o movimento operário entrou em descenso. Seu maior impacto foi indireto e retardado. Após 1930, a política social e trabalhista entrou na agenda dos governos para não mais sair.

Além da ação espetacular das greves e revoltas, havia também atividade, embora menos organizada, em torno de problemas cotidianos. No dia-a-dia, a população da capital da República, e certamente também de outras cidades, interagiu com autoridades, sobretudo policiais, para protestar e para reivindicar. Encontrava mesmo canais de se fazer ouvir, que não passavam nem pela representação, nem pela rebeldia. Surpreendentemente, muitas das queixas da população do Rio na época não diferem muito das de hoje. Giravam em torno de segurança, da qualidade dos serviços públicos urbanos, das condições de vida (16).

O povo da rua nas cidades era de militares, operários, trabalhadores. No campo, era de beatos e bandidos. Mais controlada nas regiões da grande agricultura, a população rural conseguia às vezes se fazer ouvir onde predominava a pecuária ou a pequena produção de subsistência. Na tradição do Segundo Reinado e início da República, os sertanejos eram frequentemente movidos por mistura de motivação religiosa e política. Os dois exemplos mais importantes desse tipo de manifestação, no período,

foram os movimentos do Contestado e do Juazeiro. O primeiro se deu no sul do país, em terras contestadas pelos estados do Paraná e Santa Catarina; o segundo nos sertões do Cariri, estado do Ceará.

O movimento do Contestado sobreviveu por mais tempo que o de Canudos, com o qual apresentava semelhanças, graças a sua mobilidade e ao fato de se ter localizado em região de florestas, favorável à defesa contra expedições militares. Fora iniciado pelas pregações do monge João Maria, ainda no Império. Proclamada a República, o sucessor de João Maria reagiu negativamente à nova ordem, que chamava de “lei da perversão”, expressão que lembrava a “lei do cão”, que era como o Conselheiro se referia ao novo regime. O movimento reativou-se em 1911, sob a liderança de um soldado desertor do Exército, que se fez chamar de José Maria, pretendendo-se irmão de João Maria. Fazendo uso de seus conhecimentos militares, José Maria deu organização ao movimento e tornou mais explícita a posição monarquista. Lançou um manifesto monarquista e nomeou imperador a um fazendeiro analfabeto. Foi combatido com violência, inclusive com uso de canhões. Protegidos pela floresta, os crentes resistiram até 1915, quando foram dispersados por tropas federais. Calculou-se o número de crentes entre 5 e 12 mil (17).

O movimento baseava-se em valores igualitários e num estilo comunitário de vida. Não havia dinheiro, nem comércio, tudo era repartido entre os “irmãos”. Práticas religiosas ocupavam quase todo o tempo dos fiéis. O livro sagrado era *Carlos Magno e os 12 Pares de França*. Havia uma guarda de honra, chamada precisamente Os 12 Pares de França, composta de 24 pessoas, e não de 12, pois escapava aos crentes o sentido da expressão Par de França. Movimento profundamente religioso e utópico, negava radicalmente os piores traços do mundo rural da Primeira República, a desigualdade e a dependência da população não proprietária em relação aos donos de terra. Os crentes acreditavam que o monge retornaria para estabelecer o reino

16 Ver: Silva, 1988, p. 146. O autor examina queixas publicadas em seção que a população levava ao *Jornal do Brasil*. As relações da população com a polícia foram estudadas por Marcos Luiz Bretas (1977).

17 Ver: M. I. P. de Queiroz, *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, pp. 268-82; e Douglas Teixeira Monteiro, 1974.

da felicidade, acabando também com a República, símbolo do mal.

Formado por população também sertaneja, mas de características distintas, foi o movimento criado pelo padre Cícero Romão Batista em Juazeiro, Ceará. Iniciado também no Império, atingiu o auge durante a Primeira República, tendo o *Padim Ciço* vivido até 1934. O pequeno arraial de Juazeiro, que tinha umas seis casas quando Padre Cícero começou a pregar, atingira 40 mil por ocasião de sua morte. Padre Cícero procurou também formar uma comunidade dominada pela religião. Juazeiro tornou-se a Nova Jerusalém, a que não faltavam um Horto das Oliveiras e um Santo Sepulcro. Mas paravam aí as semelhanças com Canudos e Contestado. O Padre não desafiava abertamente a religião nem se opunha à República. Seu movimento não era messiânico, nem utópico, não representava alternativa radical às realidades do mundo rural da época. O Padre meteu-se em política, nos conflitos entre coronéis, foi prefeito, vice-governador do estado. A seu modo, foi ele próprio um coronel paternalista. Tratava os fiéis como crianças, aconselhava, castigava. Nada mais revelador da postura paternalista do que o uso da palmatória para castigar homens barbados que se comportavam mal (18).

Juazeiro não foi uma república radicalmente distinta da república oficial, como o foram Canudos e Contestado. Mas, a seu modo, atendeu a um exigência feita pelos críticos republicanos da República, como Oliveira Viana e Gilberto Amado: aproximar o real do legal. Em seu conhecimento profundo da alma sertaneja, em sua habilidade em utilizar valores tradicionais para introduzir elementos de modernidade, Padre Cícero criou uma república paternalista mais próxima da população do que a dos bacharéis e dos coronéis. Ele próprio estava próximo do povo, era respeitado e amado, o que não se podia dizer de nenhum presidente da República.

Houve outros movimentos messiânicos de menor expressão. Em Caldeirão, no mesmo Ceará, os seguidores de Cícero, beatos José Lourenço e Severino, criaram

sua própria comunidade. Seus métodos eram distintos dos do Padim. Sua comunidade se aproximava mais do radicalismo do Contestado, sem dinheiro, sem propriedade particular. Acusada de práticas comunistas, a comunidade foi bombardeada e destruída no início da década de 30. Mais de 400 seguidores de Senhorinho, um seguidor de Severino, foram massacrados por forças militares.

Nem só de religião se alimentou a rebeldia sertaneja. Os cangaceiros, bandidos sociais, eram produto do mesmo mundo dos coronéis de que surgiram Canudos e Juazeiro. Reagiam à situação de desigualdade e arbítrio que predominava no sertão, mas utilizavam as mesmas táticas e métodos mundanos dos coronéis, sobretudo a violência. Também negociavam com os grandes proprietários e até mesmo com o governo, como quando aceitaram combater a Coluna Prestes. Eram, no entanto, uma forma de organização popular, dotada de força própria. Como tal, escapavam ao controle dos proprietários e incomodavam as autoridades. Não por acaso, seu maior inimigo eram as polícias estaduais, formadas embora por pessoas da mesma extração social (19)

Beatos e bandidos representavam formas de organização e protesto da população rural que se davam à margem do sistema político. Apresentavam modelos alternativos ao da república oficial, com maior ou menor grau de radicalismo. À exceção de Juazeiro, foram todos destruídos a ferro e fogo e não deixaram traços a não ser na memória popular. Canudos teve pelo menos a sorte de encontrar em Euclides da Cunha um intelectual da elite que o imortalizou.

CANHÕES E VACINAS

O povo civil era mantido sob controle pela própria estrutura social do país. O povo das eleições era enquadrado nos mecanismos legais de cooptação e de manipulação, o povo da rua era quase sempre tratado a bala.

18 Ver: M. I. P. Queiroz, *O Messianismo*, pp. 253-68; e Della Cava, 1970.

19 Sobre as bases sociais do cangaço, ver: Facó, 1965.

A violência foi particularmente intensa no combate aos movimentos messiânicos rurais. De Canudos ao beato Lourenço, os crentes foram combatidos por tropas do Exército e da polícia, com uso de artilharia pesada. No caso do Conselheiro, havia a desculpa da suposta ameaça ao novo regime. A desculpa não existia nos outros casos, embora os rebeldes do Contestado se dissessem monarquistas. No Caldeirão, o pretexto já era o comunismo. Padre Cícero livrou seu movimento da repressão inserindo-o no conflito entre grupos de elite, sempre resolvido com menor grau de violência. O cangaço também teve alguma sobrevida enquanto fez parte o jogo coronelista. Lampião correspondia-se e negociava com coronéis baianos. Foi a Revolução de 1930, em seu esforço de combater o coronelismo, que ditou seu fim violento nas mãos da polícia baiana.

A violência também predominou no combate ao povo da rua urbano, tanto o dos movimentos tradicionais, como a Revolta da Vacina, como o de movimentos modernos, como as greves operárias, como o da revolta dos marinheiros. A famosa expressão da época de que questão social era questão de polícia tinha um sentido preciso: era o delegado de polícia que tratava do assunto de greves. Era com ele que grevistas tinham que negociar ou lutar. Mas a violência era menor do que no campo. O cenário urbano, a maior visibilidade, inclusive internacional por causa dos imigrantes, garantiam ao movimento operário maior proteção. Nas cidades não se verificaram os massacres dos sertões. Em todos esses movimentos, no entanto, emergia um traço comum: a incapacidade do regime de incorporar o povo da rua, o povo politicamente ativo.

Não foi apenas com violência que o governo tratou com os três povos da República. A elite ilustrada que se formara no último quartel do século XIX era obcecada pela idéia de ciência, progresso, civilização, modernidade. Parte dela acreditava que o povo brasileiro, por sua composição racial e características culturais, era incapaz de seguir outros povos no caminho da modernidade. Euclides da Cunha, mesmo exal-

tando o sertanejo, continuava descrente de sua aptidão para o progresso, prevendo mesmo sua extinção (Cunha, 1980, p. XXIX). Outra parte dessa elite era menos pessimista. Julgava que ação civilizatória do Estado poderia ainda recuperar a população brasileira para a civilização. Missionários do progresso, saídos das escolas técnicas (medicina, engenharia, militares), combateram o atraso nas cidades e no interior. Nas cidades, os representantes típicos de tais missões foram o médico Osvaldo Cruz e o engenheiro Pereira Passos, que empreenderam o saneamento e a reforma urbana do Rio de Janeiro. O primeiro, em seu esforço de vacinar compulsoriamente a população contra a varíola, acabou provocando a revolta de 1904 (20).

No interior, os mais conspícuos missionários da civilização foram os médicos sanitaristas Artur Neiva e Belisário Pena e o general Cândido Rondon. Neiva e Belisário percorreram em 1912 boa parte do Norte e Nordeste, verificando que o país era um vasto hospital. Belisário criou a seguir uma campanha nacional em favor do sanitarismo, identificando nas precárias condições de saúde da população o problema central do país. Encontrou em Monteiro Lobato um divulgador entusiasta de suas idéias. Antigo descrente da capacidade do matuto, do jeca, que considerava um parasita, um piolho da terra, inadaptável à civilização, o escritor paulista, influenciado pelos sanitaristas, passou a dizer que o jeca não era assim, estava assim. A ciência e a medicina o salvariam (21).

O general Rondon, positivista ortodoxo, foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910. Percorreu o oeste abrindo estradas, estendendo linhas telegráficas, distribuindo ferramentas aos índios. Na mesma região, uma tentativa insana de domar a natureza pela técnica resultou em desastre total. A construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, ligando Brasil e Bolívia, obra de empresários norte-americanos, empregou 30 mil operários, seis mil dos quais morreram na que foi depois chamada de Ferrovia do Diabo (22).

20 Ver: Costa, 1985; e Benchimol, 1982.

21 Ver: Pena, 1918; e Lobato, 1959a, 1959b.

22 Sobre Rondon, ver: Viveiros, 1958. Sobre a Ferrovia do Diabo, ver: Hardman, 1988.

Os métodos usados pelos missionários da civilização, e mesmo sua visão do povo, eram muito superiores aos dos que descreviam da população e dos que só podiam conceber a força como instrumento de combate ao que consideravam rebeldia e atraso. No entanto, os reformistas ilustrados também não primavam pelas convicções democráticas. O povo permanecia massa inerte, doente, analfabeta, que só poderia ser tratado de maneira paternalista, quando não autoritária e tecnocrática. Lobato, após sua conversão, pregou a entrega de todo o poder aos higienistas. Os missionários do progresso, ironicamente, se viam como salvadores do povo, do mesmo modo que os messias do sertão. Apenas não tinham o apoio popular e a capacidade de mobilização dos últimos.

SAÍDA POR CIMA

Em 1922, revolta de jovens oficiais da Escola Militar do Realengo e do Forte de Copacabana, provocada por nova questão militar ligada à campanha presidencial, inaugurou o início da crise da república oligárquica. O elemento perturbador foi a força armada, que se mantivera silenciosa desde o governo do marechal Hermes da Fonseca. O próprio marechal se viu à frente da revolta. Outra revolta se seguiu em 1924, ainda isolada do elemento civil. Mas, em 1930, a aliança da dissidência oligárquica com os militares pôs fim ao regime (23).

Dois anos depois da primeira revolta, para celebrar o 35º aniversário do regime, Vicente Licínio Cardoso organizou uma coletânea de ensaios escritos por autores nascidos com a República (Cardoso, 1990). O tom da maioria dos ensaios era de crítica e desilusão. O próprio organizador, republicano convicto, afirmava na conclusão do livro: “A grande e triste surpresa da nossa geração foi sentir que o Brasil retrogradou”. E ainda: “Foi profunda a nossa desilusão, por certo. [...] Vemos a cada momento, em torno a nós, a negação – não só de tudo o

que sonhamos, também de tudo o que pensamos” (Cardoso, 1990, pp. 303, 304). Partilhavam do desencanto e das críticas alguns dos mais respeitados intelectuais da época incluídos na coletânea, Gilberto Amado, Pontes de Miranda, Tristão de Athaide, Oliveira Viana. Tema recorrente era o da ausência de povo político no Brasil. Não havia povo, não havia classes organizadas, não havia opinião pública, não havia partidos, não havia governo representativo, não havia república, não havia democracia. Tratava-se de um diagnóstico que lembrava claramente a influência de Alberto Torres, autor da admiração de todos os participantes da coletânea. Torres escrevera em 1914: “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos” (Torres, 1933, p. 297). Oliveira Vianna elaborava a análise comparando o Brasil com a Inglaterra. Lá a ação do governo era dirigida de fora para dentro, vinha da pressão de classes, grupos, clubes. Aqui, ao contrário, o governo do povo era apenas governo de clãs e *côteries* politicantes que controlavam os candidatos eleitos. Não havia organização social, opinião pública capaz de se impor ao governo. Nosso problema, diagnosticava, não estava em atacar os governos por não serem patrióticos. Nenhum governo é espontaneamente patriótico, “[...] o nosso grande problema político está em obrigar os governos a serem patrióticos” (Vianna, 1990, pp. 135-8).

Não se pode dizer que as críticas desses autores estivessem equivocadas. Todos comparavam um regime republicano idealizado com a dura realidade e tiravam a conclusão inescapável da distância entre o Brasil real e o Brasil legal. No entanto, havia em todos eles uma incapacidade de ver o povo sob luz favorável, de perceber o lado positivo das ações do que chamei de povo da rua. Esse povo ativo ou era considerado fanático, ou obscurantista, ou desordeiro. O povo civil era simplesmente ignorante, analfabeto, doente, um Jeca Tatu. O povo das eleições era massa passiva de manobra. Como consequência, não viam saída para a

23 Sobre o papel dos militares, ver: Carvalho, s.d.

República que passasse pela interferência popular, que passasse pela democracia. Pontes de Miranda (1990) clamava por uma Segunda República via reforma constitucional. Gilberto Amado pedia a formação de “elites ilustradas de diretores mentais” (Amado, 1990, p. 66). Oliveira Vianna queria nova mentalidade dos legisladores. Por trás de todas as saídas propostas, estava a indicação de Alberto Torres no sentido de que o Estado deveria retomar a tarefa de organizar a nação.

A Primeira República não conseguiu unificar seus três povos. Não pôde, ou não buscou, transformar em cidadão o jeca de Lobato, o sertanejo de Euclides, o beato do Contestado, o bandido social do cangaço, o operário anarquista das grandes cidades. Liberal pela Constituição, oligárquica pela prática, não foi fruto de opinião democrática nem dispôs de instrumentos para promover essa opinião.

Mas seria esse um epitáfio justo para o regime que foi atropelado pela revolta de 1930? Afinal, 1930 foi versão muito me-

lhorada do golpe de 1889. Em vez de uma parada militar pelas ruas da capital, houve um movimento nacional surgido no bojo da reação a mais uma eleição fraudada. Havia militares de novo e havia oligarquias dissidentes, mas havia também simpatia generalizada entre intelectuais, entre setores médios urbanos e mesmo entre operários. Sobretudo, o movimento de 1930 distinguiu-se do de 1889 pelos resultados. Ele redefiniu de imediato a agenda política nacional, recolocou o Estado na liderança da nação, trouxe a questão social e sindical para o centro do palco, gerou movimentos de mobilização popular, provocou uma explosão de criatividade entre os pensadores da sociedade e da política. De onde teriam saído essas forças renovadoras? Seriam simples flores de pântano?

Pode-se perguntar se o fracasso do regime não foi decretado pelos critérios que ele próprio estabeleceu ao se definir como república liberal, e que por mecanismos não vistos e não previstos continuaram se movendo para a frente as forças da sociedade.

Rebeldes da Revolução de 30



24 A idéia de revolução passiva, de origem gramsciana, foi aplicada ao Brasil por Luiz Werneck Vianna em *A Revolução Passiva. Iberismo e Americanismo no Brasil*. Essa obra me serviu de inspiração para a redação dos três últimos parágrafos.

De alguma maneira, o reprimido movimento operário da Velha República incidiu sobre a decisão de criar um Ministério do Trabalho e sobre a legislação social, trabalhista e sindical; o excessivo domínio oligárquico gestou dentro de si mesmo uma intelectualidade crítica e renovadora que contribuiu, por caminhos muitas vezes divergentes, para repensar e reorientar o país; o rebelde, indócil e marginalizado povo das ruas das maiores cidades se viu, pela primeira vez, interpelado pelos governantes; a descrença no povo civil baseada

em suas características raciais foi subvertida pela valorização da mestiçagem promovida pelo próprio governo; a crítica ao exagero federalista, já feita pelos intelectuais dos anos 20, ajudou a restaurar a capacidade do governo central em definir políticas nacionais.

É como se, entre nós, ocultados pela distância entre o legal e o real, funcionassem mecanismos insuspeitados de representação dos povos, em construção silenciosa e aparentemente passiva de uma outra república (24).

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Gilberto. *Eleição e Representação*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Sá Cavalcanti Editores, 1969 (1ª ed. de 1931).
_____. "As Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil", in Vicente Licínio Cardoso (org.). *À Margem da História da República*. Recife, FJN/Massangana, 1990.
- BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo, Brasiliense, 1956.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. "Pereira Passos, um Haussmann Tropical. As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro no Início do Século XX". Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.
- CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À Margem da História da República*. Recife, FJN/Massangana, 1990 (1ª ed. de 1924).
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não Foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
_____. "Cidadania: Tipos e Percursos", in *Estudos Históricos*, 9, 18, 1996, pp. 337-59.
_____. "As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador", in Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. Tomo III, 2ª vol. São Paulo, Difel, s. d., pp. 181-234.
- CONNIFF, Michael L. *Urban Politics in Brazil. The Rise of Populism, 1925-1945*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1981.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas Urbanas e Controle Sanitário: Origens das Políticas de Saúde no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- COUTY, Louis. *A Escravidão no Brasil*. Trad. de Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.
- DELLA CAVA, Ralph. *Miracle at Joazeiro*. New York, Columbia University Press, 1970.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e Lutas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Difel, 1977.
_____. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. Tomo III, vols. 1 e 2. São Paulo, Difel, 1975, 1977.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.
- FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das Origens aos Anos 20)*. São Paulo, Global, 1982.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma. A Modernidade na Selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

- IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988. 2ª edição. Rio de Janeiro, IBGE, 1990.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1948.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana. Campos Sales, as Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.
- LOBATO, Monteiro. "Velha Praga", in *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1959a, pp. 269-76.
- _____. "Jeca Tatu", in *Problema Vital*. São Paulo, Brasiliense, 1959b, pp. 329-40.
- MIRANDA, Pontes de. "Preliminares para a Revisão Constitucional", in Vicente Licínio Cardoso (org.). *À Margem da História da República*. Recife, FJN/Massangana, 1990, pp. 143-77.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *A Revolta dos Marinheiros, 1910*. São Paulo/Rio de Janeiro, Nacional/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.
- MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Commercio. Directoria do Serviço de Estatística. *Estatística Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1914.
- _____. Serviço de Informações. *Salário dos Trabalhadores Ruraes no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924.
- _____. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil Realizado em 1º de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1926.
- _____. *Salários Ruraes*. Inquérito organizado pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas sobre as oscillações dos salarios ruraes em todo o paiz, durante o quinquênio de 1922-1926. Rio de Janeiro, Officinas Typographicas do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1927.
- MONTEIRO, Douglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século*. São Paulo, Duas Cidades, 1974.
- MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- NICOLAU, Jairo Marconi (org.). *Dados Eleitorais do Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Revan, 1998.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PENA, Belisário. *O Saneamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais, 1918.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso na Ordem. O Florianismo e a Construção da República*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1997.
- QUEIROZ, Suelly R. R. de. *Os Radicais da República. Jacobinismo: Ideologia e Ação, 1893-1897*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- RAMOS, Guerreiro. *A Crise do Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- ROMERO, Sylvio. *O Brasil Social. (Vistas Synthéticas Obtidas pelos Processos de Le Play)*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1907.
- SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*. São Paulo, s/ed., 1908.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (coord.). *Que Brasil É Este? Manual de Indicadores Políticos e Sociais*. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1975.
- SENNÁ, Homero. *Gilberto Amado e o Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentis Insanas em Corpora Rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo, Dominus, 1966.
- SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império*. Brasília, Senado Federal, 1979.
- TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. São Paulo, Nacional, 1933 (1ª ed. de 1914).
- VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva. Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1997.
- VIANNA, Oliveira. "O Idealismo da Constituição", in Vicente Licínio Cardoso (org.). *À Margem da História da República*. Recife, FJN/Massangana, 1990, pp. 121-41.
- VIVEIROS, Esther de. *Rondon Conta sua Vida*. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1958.